

CONTRATO DE PROGRAMA

CONTRATO DE PROGRAMA QUE, NOS TERMOS DO ESTABELECIDO NO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO 01/2012, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL MINAS GERAIS DE 30 DE JUNHO DE 2012, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE _____ E O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE GESTÃO METROPOLITANA, COM A INTERVENIÊNCIA DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TRANSBORDO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS NO MUNICÍPIO DE _____.

Nos termos do estabelecido no **Convênio de Cooperação 01/2012** firmado pelo **Estado de Minas Gerais** e o **Município de _____**, publicado no Diário Oficial Minas Gerais de 30 de junho de 2012, o **Município de _____**, inscrito no CNPJ nº _____, sediado na _____, neste ato representado por seu Prefeito _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador da Cédula de Identidade nº _____ – SSP/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO** e o **Estado de Minas Gerais**, por intermédio da **Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana**, inscrita no CNPJ nº 13.277.875/0001-87, sediada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti s/n, prédio Gerais, 13º andar – Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte/MG, neste ato representada por seu Secretário, **Alexandre Silveira de Oliveira**, inscrito no CPF sob nº 790.224.996-34 e portador da Cédula de Identidade nº M. 3.991.168 – SSP/MG, doravante denominado **ESTADO**; com a interveniência da **Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.745.790/0001-98, sediada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Prédio Gerais, 13º andar – Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte/MG, neste ato representada por seu Diretor-Geral, **Camilo Fraga Reis**, inscrito no CPF sob o nº 013.360.496-93 e portador da Cédula de Identidade nº M-9.298.823 – SSP/MG, doravante denominada **ARMBH**,

CONSIDERANDO que a gestão de resíduos sólidos urbanos, integrante do conceito de saneamento básico estabelecido no art. 3º, I, “c”, da Lei Federal nº 11.445/2007, é um dos maiores desafios enfrentados pelo Estado de Minas Gerais na tentativa de erradicar os “lixões”;

CONSIDERANDO que a gestão compartilhada entre os municípios metropolitanos, além da integração da região metropolitana nos termos do art. 25, §3º, da Constituição Federal, reduz significativamente os custos para realizar o transbordo, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos;

CONSIDERANDO que a gestão associada ou compartilhada de serviços públicos, além de constitucionalmente prevista (art. 241, Constituição Federal), é também especificamente indicada como uma das soluções no âmbito dos serviços de saneamento básico (arts. 3º, II e 8º, da Lei Federal nº 11.445/2007), entre os quais se inclui o de manejo dos resíduos sólidos (art. 3º, I, “c”, da Lei Federal nº 11.445/2007);

CONSIDERANDO que as competências para prestação dos serviços públicos de impacto metropolitano são exercidas de forma compartilhada entre Municípios e Estado no ambiente metropolitano instituído pela Lei Complementar Estadual nº 89/2006;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 88/2006, a Assembleia Metropolitana deliberou pela gestão associada dos serviços públicos envolvendo transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, tendo o Estado e os Municípios assinado o Convênio de Cooperação 001/2012, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 30 de junho de 2012, para regular a gestão associada;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.445/2007 prevê especificamente a possibilidade de prestação regionalizada dos serviços de saneamento básico, dentre os quais se situa o de manejo de resíduos sólidos, em que há um único prestador dos serviços para vários municípios, contíguos ou não, observada a uniformidade de regulação e fiscalização bem como de compatibilidade de planejamento (art. 14);

CONSIDERANDO que é diretriz da Política Estadual de Resíduos Sólidos a integração dos entes federados na utilização de áreas de disposição final de resíduos sólidos, nos termos do art. 7º, inciso IX da Lei Estadual nº 18.031/2009;

CONSIDERANDO que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação da Lei Federal nº 12.305/2010, conforme disposto em seu art. 54;

CONSIDERANDO que a gestão integrada de resíduos sólidos e a articulação entre as diferentes esferas do Poder Público, e destas com o setor empresarial são objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos nos termos do art. 7º, incisos VII e VIII da Lei Federal nº 12.305/2010;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 11, inciso I da Lei Federal nº 12.305/2010, incumbe aos Estados promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos do §3º do art. 25 da Constituição Federal de 1988, permitindo a perspectiva da prestação regionalizada dos serviços de saneamento, na forma prevista no art. 14 da Lei Federal nº 11.445/2007; que, em 23 de maio de 2012, o Conselho Deliberativo Metropolitano e a Assembleia Metropolitana deliberaram e autorizaram expressamente, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 89/2006, a gestão associada dos serviços públicos municipais de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos;

CONSIDERANDO a edição dos Planos Metropolitano e Municipal de Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos;

CONSIDERANDO a submissão da minuta do Contrato de Programa à prévia consulta e audiência pública, nos termos do art. 11, IV, da Lei Federal nº 11.445/2007;

CONSIDERANDO a celebração do Convênio de Cooperação entre a ARMBH e o Município de _____, na data de __/__/____, para a delegação da Organização, Regulação e Fiscalização dos Serviços Públicos Municipais de Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos;

CONSIDERANDO o atendimento dos demais requisitos de validade nos contratos envolvendo a prestação de serviço de saneamento básico nos termos do art. 11 da Lei 11.445/2007;

Celebram o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, doravante designado **CONTRATO**, resultante de dispensa de licitação, nos termos do inciso XXVI do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, dos arts. 8º, 10, 11 e 14 a 17 da

Lei Federal nº 11.445/2007 e do art. 13 da Lei Federal nº 11.107/2005, em conformidade com as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO a delegação do MUNICÍPIO para o ESTADO da PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TRANSBORDO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS NO MUNICÍPIO DE _____, conforme detalhado no Termo de Referência, Anexo I deste Contrato.

Parágrafo Primeiro: Estão excluídos do presente objeto, os serviços de COLETA e TRANSPORTE de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS até o sistema de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, os quais permanecem sob a responsabilidade exclusiva do MUNICÍPIO.

Parágrafo Segundo: Fica o Estado autorizado, nos termos da deliberação da Assembleia Metropolitana de 23 de maio de 2012, e do Convênio de Cooperação 001/2012, a delegar para o setor privado, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, precedida de licitação, a prestação dos serviços objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PLANOS METROPOLITANO E MUNICIPAL DE TRANSBORDO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Os serviços delegados na Cláusula Primeira deverão ser prestados de acordo com o que se encontra previsto nos Planos Metropolitano e Municipal de Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos, editados por ato _____ da ARMBH e aprovados por meio do Decreto Municipal nº _____, de ____/____/____.

Parágrafo Único: Os Planos Metropolitano e Municipal de Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 04 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente CONTRATO vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, observado o prazo máximo de vigência do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, a que se faz referência na Cláusula Décima.

Parágrafo Primeiro: A parte que não se interessar pela prorrogação deverá notificar a outra, com antecedência mínima de 5 (cinco) anos do advento do termo contratual, para que se possa viabilizar a assunção dos serviços pelo MUNICÍPIO, sem interrupção de sua continuidade, minimizando os transtornos à população decorrentes da transição.

Parágrafo Segundo: A prestação dos serviços prevista na Cláusula Primeira deste CONTRATO só ocorrerá após a conclusão do processo de licitação da Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, e encerramento do prazo para a efetivação da entrada em operação da CONCESSIONÁRIA, de modo que, enquanto isso não se realize, o MUNICÍPIO continuará responsável pela DESTINAÇÃO FINAL dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, devendo observar as determinações contidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor global deste CONTRATO é de R\$ _____ (valor por extenso), obtido a partir de estudos sobre a quantidade total de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS a ser gerada no Município de _____, englobando a quantidade atualmente gerada e a estimativa do virá a ser gerado nos próximos 30 (trinta) anos, conforme Anexo II deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor referido na Cláusula Quarta será efetuado na forma do art. 40, XIV, “a”, da Lei Federal nº 8.666/1993, em parcelas trimestrais e consecutivas, por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), a ser emitido pelo ESTADO em nome do MUNICÍPIO, após a aferição da Parcela Remuneratória Municipal (PRM), observadas as determinações constantes nos parágrafos deste artigo.

Parágrafo Primeiro: O valor a ser pago pelo MUNICÍPIO será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PRM = QRS \times R\$ 18,00/\text{tonelada}$$

Em que:

PRM = Parcela Remuneratória Municipal;

QRS = Quantidade (em toneladas) de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS entregues à CONCESSIONÁRIA, devidamente pesada.

Parágrafo Segundo: O cálculo do valor a ser pago pelo MUNICÍPIO, previsto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, será apurado com a incidência, quando for o caso, das Cláusulas Sétima e Oitava deste CONTRATO, que preveem a concessão de ESTÍMULOS e aumento do valor da Parcela Remuneratória Municipal.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇO

A Parcela Remuneratória Municipal, fixada no Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta, será objeto de reajuste anual, sempre a contar da data de publicação deste CONTRATO, conforme a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, devendo ser aplicado o IPCA referente ao mês subsequente ao início da vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: O valor por tonelada também poderá ser revisto em razão das revisões periódicas dos Planos Metropolitano e Municipal de Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos, nos termos da Cláusula Segunda deste CONTRATO.

Parágrafo Segundo: O valor por tonelada também poderá ser objeto de revisão extraordinária quando, nos termos do art. 38, II, da Lei Federal nº 11.445/2007, ocorrerem fatos não previstos neste CONTRATO, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Parágrafo Terceiro: Compete à ARMBH decidir sobre o reajuste e a revisão dos preços relativos à Parcela Remuneratória Municipal - PRM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ESTÍMULO

A cada tonelada que deixar de ser encaminhada à CONCESSIONÁRIA, em decorrência da realização de COLETA SELETIVA, gerando economia para o ESTADO, será repassado ao MUNICÍPIO um crédito fixado no patamar de 50% (cinquenta por cento) da diferença entre o Valor Pago por Tonelada Destinada (VPTD) e o preço por tonelada a ser pago pelo MUNICÍPIO, observadas, ainda, as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: A concessão do ESTÍMULO será realizada na forma de crédito para o MUNICÍPIO, a ser descontado no primeiro pagamento posterior à validação, pelo Comitê Gestor da Bolsa Reciclagem, da quantidade (em toneladas) dos materiais recicláveis comercializados, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 45.975/2012.

Parágrafo Segundo: Serão incluídos, para fins de concessão do ESTÍMULO, apenas os materiais efetivamente comercializados pelas Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis, decorrente da realização de COLETA SELETIVA, observados os mesmos parâmetros estabelecidos para a aferição do cumprimento do Plano de Metas descrito no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

Parágrafo Terceiro: A concessão do ESTÍMULO ao MUNICÍPIO fica limitada ao patamar de até, no máximo, 40% (quarenta por cento) da quantidade total de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS por ele gerada.

Parágrafo Quarto: O crédito resultante da concessão do presente ESTÍMULO deverá ser destinado pelo MUNICÍPIO a ações ligadas à realização da COLETA SELETIVA.

Parágrafo Quinto: O MUNICÍPIO, para fazer jus à concessão do ESTÍMULO, deverá, obrigatoriamente, cumprir com os percentuais de COLETA SELETIVA fixados no Plano de Metas, ao qual o presente mecanismo encontra-se diretamente vinculado, de acordo com o grupo no qual o ente se enquadra, conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA – DAS HIPÓTESES EM QUE O MUNICÍPIO PASSARÁ A ARCAR COM VALOR DIFERENCIADO

Fica estabelecido que o valor de R\$ 18,00/tonelada (dezoito reais por

tonelada), aplicado na fórmula constante do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta deste CONTRATO, passará a ser de R\$ 27,00/tonelada (vinte e sete reais por tonelada) caso o MUNICÍPIO, salvo por razões de caso fortuito ou força maior, deixe de agir diligentemente, de forma a dificultar a execução da prestação dos serviços por parte do ESTADO, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, não cumprindo com suas obrigações ou não adotando medidas visando a implementar e/ou atingir as metas relacionadas à COLETA SELETIVA, observadas, ainda, as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: Os valores estabelecidos no caput poderão ser revistos e reajustados aplicando-se lhes os mesmos índices fixados para atualização do preço por tonelada a ser pago pelo MUNICÍPIO, conforme previsão da Cláusula Sexta deste CONTRATO.

Parágrafo Segundo: A análise quanto à incidência, ou não, do caso concreto nas hipóteses em que o MUNICÍPIO passará a arcar com valor diferenciado caberá, nos termos do Parágrafo Sétimo da Cláusula Décima deste CONTRATO, à ARMBH, devendo ser observadas, ainda, as diretrizes constantes no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

Parágrafo Terceiro: No processo administrativo a ser conduzido pela ARMBH deverá ser assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto: O valor diferenciado incidirá a partir da data da verificação do descumprimento e persistirá enquanto não adotadas as medidas tendentes a regularizar a atuação do MUNICÍPIO em relação ao objeto deste CONTRATO.

Parágrafo Quinto: O MUNICÍPIO, assim que tomadas todas as medidas competentes, pode comprovar, a qualquer momento, perante a ARMBH a regularização da situação que ensejou o incremento de sua parcela remuneratória, com o consequente cancelamento da incidência do valor diferenciado, a partir da efetiva comprovação da cessação do fato que lhe deu causa.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas do presente CONTRATO correrão à conta das dotações orçamentárias nºs _____ e as dos exercícios subsequentes pelas dotações próprias a serem fixadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O ESTADO, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, durante todo o prazo de vigência do presente instrumento, prestará serviços adequados, assim entendidos aqueles prestados em condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e generalidade, de acordo com o disposto na legislação pertinente, no Convênio de Cooperação celebrado entre o MUNICÍPIO e a ARMBH e no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: O MUNICÍPIO autoriza o ESTADO a subdelegar, nos termos do art. 16, II, da Lei Federal nº 11.445/2007, por meio do competente processo licitatório, a prestação dos serviços públicos previstos na Cláusula Primeira, de acordo com o que se encontra estabelecido no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO, à CONCESSIONÁRIA contratada por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, a fim de permitir a execução do objeto deste instrumento, em sintonia com a prestação dos serviços de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS gerados na REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE e em seu COLAR METROPOLITANO.

Parágrafo Segundo: A prestação dos serviços indicados no caput pressupõe e depende do cumprimento, por parte do MUNICÍPIO e do ESTADO, das obrigações expressas neste CONTRATO, bem como em seu Termo de Referência, além daquelas estipuladas no Convênio de Cooperação, celebrado entre o ESTADO e os Municípios da REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE e seu COLAR METROPOLITANO, e no Convênio de Cooperação Técnica a ser firmado entre o MUNICÍPIO e a ARMBH.

Parágrafo Terceiro: Não se caracteriza como descontinuidade a interrupção do serviço prestado pelo ESTADO, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, após prévio aviso, ou em situações de emergência, nas seguintes hipóteses:

- a) razões de segurança nas instalações ou de ordem técnica;
- b) necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza, nas instalações ou na infraestrutura componente do serviço;
- c) realização de serviços de manutenção e de adequação dos sistemas, visando ao atendimento do crescimento vegetativo;

d) caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Quarto: O ESTADO, a seu critério, poderá realizar interrupção motivada dos serviços por razões de ordem técnica, devendo comunicar previamente ao MUNICÍPIO, ressalvados os casos de iminente ameaça ou comprometimento da segurança de instalações ou pessoas.

Parágrafo Quinto: O ESTADO deverá, em qualquer das hipóteses relacionadas nos Parágrafos Terceiro e Quarto, adotar as providências cabíveis e necessárias para minimizar a descontinuidade do serviço.

Parágrafo Sexto: O ESTADO, de acordo com as normas dos órgãos de controle e fiscalização, poderá exigir que o MUNICÍPIO cumpra com suas obrigações no que se refere aos serviços de COLETA e TRANSPORTE de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, os quais permanecem sob a responsabilidade exclusiva do MUNICÍPIO.

Parágrafo Sétimo: No caso de descumprimento, pelo MUNICÍPIO, das obrigações a que se faz referência no parágrafo anterior, a ARMBH procederá à alteração dos valores praticados, estabelecendo, para tanto, valor diferenciado, nos termos da Cláusula Oitava.

Parágrafo Oitavo: Os casos omissos e as dúvidas surgidas no relacionamento entre as partes, em decorrência da aplicação das condições previstas neste CONTRATO, serão resolvidos pela ARMBH.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

O serviço público objeto de delegação neste CONTRATO deverá ser prestado de forma adequada, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, observados os parâmetros estabelecidos no regulamento elaborado pela ARMBH, por meio da Portaria nº ____/2012, publicada no Diário Oficial Minas Gerais de ____ de ____ de 2012, editada a partir da competência delegada no Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre a ARMBH e o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DO ESTADO

1. São obrigações do ESTADO:

- a)** prestar auxílio ao MUNICÍPIO, a ser realizado por meio de cooperação técnica, nos moldes do art. 15, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 11.445/2007, nas revisões e adequações do Plano Municipal, bem como realizar as revisões e adequações que se fizerem necessárias no Plano Metropolitano de Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos;
- b)** disponibilizar os recursos institucionais, técnicos e financeiros que forem necessários para o desenvolvimento das funções de organização, fiscalização, implantação e operação dos serviços de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;
- c)** empreender esforços para realizar o procedimento licitatório visando contratação de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, para a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TRANSBORDO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;
- d)** acompanhar e fiscalizar o contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa porventura firmado com a CONCESSIONÁRIA;
- e)** aferir os indicadores de desempenho dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- f)** adimplir as obrigações assumidas no contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, porventura firmado com a CONCESSIONÁRIA;
- g)** arcar com o pagamento da contraprestação devida à CONCESSIONÁRIA em virtude da prestação de serviços que compõem o objeto deste CONTRATO, incluída a Parcela Remuneratória Municipal, que será aferida, e posteriormente recebida, nos moldes da Cláusula Quinta deste CONTRATO;
- h)** indicar os locais de destinação dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS coletados pelo MUNICÍPIO;
- i)** manter disponível para consulta do MUNICÍPIO e da ARMBH, registro

dos custos e receitas dos serviços prestados.

2. São direitos do ESTADO:

- a) receber do MUNICÍPIO, em condições adequadas, os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS oriundos dos serviços operacionais de COLETA e TRANSPORTE, de acordo com o que se encontra estabelecido no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO;
- b) receber a Parcela Remuneratória Municipal, nos moldes da Cláusula Quinta deste CONTRATO;
- c) cobrar, judicial e extrajudicialmente, do MUNICÍPIO todos os débitos vencidos e não pagos;
- d) reter, nos casos de inadimplência, eventuais repasses de recursos de natureza tributária do ESTADO para o MUNICÍPIO, com a possibilidade de condicionamento do repasse à satisfação do crédito estatal, conforme estabelecido no art. 160, Parágrafo Único, inciso I, da Constituição Federal, e nos termos esposados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na CONSULTA Nº. 721.052 (Tribunal Pleno na Sessão do dia 18/03/09);
- e) auferir receitas decorrentes de fontes alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, consoante artigo 11 da Lei Federal nº 8.987/1995, as quais poderão ser compartilhadas com a CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DO MUNICÍPIO

1. São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) realizar as revisões e adequações que se fizerem necessárias no Plano Municipal de Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos, contando com o auxílio do ESTADO, a ser realizado por meio de cooperação técnica, nos moldes do art. 15, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 11.445/2007;
- b) arcar com o pagamento da Parcela Remuneratória Municipal, que será aferida, e posteriormente adimplida, nos moldes da Cláusula Quinta deste CONTRATO;

- c) implementar ações que visem a garantir a boa prestação dos serviços pelo ESTADO;
- d) realizar, com exclusividade, as AÇÕES DE LIMPEZA URBANA, contemplando a operação e manutenção dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de COLETA e TRANSPORTE dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;
- e) realizar COLETA dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS em seus limites territoriais, fazendo uso de equipamentos de COLETA em situação que atenda à legislação vigente;
- f) destinar os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS coletados aos locais indicados pelo ESTADO;
- g) manter ou ampliar o atual atendimento da sua COLETA de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, buscando sempre atingir o patamar de 100% (cem por cento) da sua população;
- h) realizar e valorizar as atividades de COLETA SELETIVA, observados, ainda, os ESTÍMULOS e as metas estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO;
- i) promover ações de mobilização, controle e fiscalização, necessárias ao bom funcionamento da COLETA SELETIVA;
- j) destinar os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS provenientes da COLETA SELETIVA às Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis;
- k) assegurar que o produto da COLETA SELETIVA não seja encaminhado para a CONCESSIONÁRIA;
- l) promover campanhas de EDUCAÇÃO AMBIENTAL para incentivar a importância de não gerar, repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;
- m) comunicar, fundamentada e formalmente à ARMBH, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), a ocorrência de qualquer desconformidade técnica e operacional, na prestação dos serviços pelo ESTADO, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa;
- n) identificar os passivos ambientais anteriores à entrada em operação da CONCESSIONÁRIA, relacionados ao manejo dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (incluindo áreas contaminadas), e adotar respectivas medidas saneadoras, bem como, se for o caso, estabelecer e executar todos os

procedimentos necessários ao encerramento das áreas de disposição irregular de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;

o) acompanhar a execução deste CONTRATO.

2. São direitos do MUNICÍPIO:

- a) receber os serviços objeto deste **CONTRATO** em condições adequadas, de acordo com o que se encontra estabelecido no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO;
- b) celebrar instrumentos contratuais com terceiros para a prestação dos serviços não abrangidos pelo presente instrumento, aos quais faz referência o Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira, observada a legislação pertinente e garantido o cumprimento de todas as normas inerentes à sua prestação, observado, ainda, no que couber, o que se encontra estabelecido no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO;
- c) receber, quando do preenchimento dos requisitos estabelecidos, o ESTÍMULO à COLETA SELETIVA, de acordo com o que se encontra previsto no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.
- d) consultar, junto ao ESTADO, os registros dos custos e receitas dos serviços prestados;
- e) ter conhecimento sobre a adoção de providências cabíveis pelo ESTADO quando do recebimento de reclamações pelos usuários em decorrência da prestação dos serviços;
- f) acompanhar a aferição, pelo ESTADO, dos indicadores de desempenho dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS COMUNS ÀS PARTES

O ESTADO e o MUNICÍPIO observarão o planejamento estadual e municipal por eles elaborados para a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TRANSBORDO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, nos termos do Convênio de Cooperação celebrado entre o MUNICÍPIO e a ARMBH, e em consonância com o Plano Estadual e com os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

Parágrafo Único: Deverão, ainda, ser observadas as obrigações que se encontram estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS

Os bens aplicados na prestação dos serviços prevista neste CONTRATO, a serem executados pela CONCESSIONÁRIA, reverterão para o ESTADO, que ao final deste CONTRATO e do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, a que se faz referência na Cláusula Décima, poderá deliberar sobre o repasse dos mesmos para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS LICENÇAS AMBIENTAIS E PROTEÇÃO AMBIENTAL

A obtenção das Licenças Ambientais ficará a cargo da CONCESSIONÁRIA, que deverá submeter os projetos elaborados à aprovação pelo ESTADO antes de iniciar os processos visando à obtenção de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) junto aos órgãos ambientais competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da prestação dos serviços objeto deste contrato será feita pela ARMBH, nos termos do Convênio de Cooperação 01/2012 firmado pelo Estado de Minas Gerais e o Município de _____, publicado no Diário Oficial Minas Gerais de 30 de junho de 2012, e nos termos do convênio de cooperação técnica firmado entre o MUNICÍPIO e ARMBH.

Parágrafo Primeiro: A transferência da fiscalização para a entidade de regulação não exime o MUNICÍPIO de também promover o acompanhamento da execução deste contrato, que será exercida por servidor do MUNICÍPIO, devidamente designado para tanto.

Parágrafo Segundo: Ao servidor designado nos termos do Parágrafo Primeiro, competirá velar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto neste instrumento. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente

fiscalizador dará ciência à ARMBH, fazendo-o por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – ARMBH

A organização, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos municipais de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ficarão a cargo da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH, criada pela Lei Complementar Estadual nº 107/2009, para a qual o MUNICÍPIO delegou as competências aqui previstas por meio do competente instrumento de convênio de cooperação.

Parágrafo Primeiro: Será garantida à ARMBH independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, nos termos do art. 21 da Lei Federal nº 11.445/2007, devendo atuar com transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade nas suas decisões.

Parágrafo Segundo: A ARMBH será responsável por determinar procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira na prestação dos serviços, inclusive através da publicação periódica das demonstrações financeiras relativas à gestão associada dos serviços prestados.

Parágrafo Terceiro: O ESTADO poderá vir a instituir taxa de fiscalização a ser paga pela CONCESSIONÁRIA, cuja arrecadação será destinada em favor da ARMBH.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento pelas partes de qualquer cláusula ou condição deste CONTRATO, bem como de normas atinentes ao seu objeto, poderá ensejar, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas, a aplicação das seguintes penalidades e sanções:

- a) retenção, nos casos de inadimplência, de eventuais repasses de recursos de natureza tributária do ESTADO para o MUNICÍPIO, com a possibilidade de seu condicionamento à satisfação do crédito estatal, conforme estabelecido no art. 160, Parágrafo Único, inciso I, da Constituição

Federal, e nos termos esposados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na CONSULTA Nº. 721.052 (Tribunal Pleno na Sessão do dia 18/03/09);

- b) imediata paralisação das transferências voluntárias disciplinadas pelo art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000, realizadas pelo ESTADO em favor do MUNICÍPIO;
- c) impedimento de realização de novos ajustes entre o MUNICÍPIO e o ESTADO;
- d) advertência;
- e) multa.

Parágrafo Primeiro: As sanções e penalidades administrativas serão aplicadas na forma do regulamento específico a ser estabelecido pela ARMBH.

Parágrafo Segundo: O ESTADO poderá aplicar de ofício as penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c”, assegurando-se, todavia, nos casos de não concordância do MUNICÍPIO, o direito de submeter a questão à ARMBH.

Parágrafo Terceiro: As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” apenas serão aplicadas após o encerramento do competente procedimento administrativo a ser tramitado no âmbito da ARMBH, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quarto: As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” desta Cláusula, respeitados os limites previstos no Parágrafo Primeiro, serão aplicadas pela ARMBH, segundo a gravidade da infração. A decisão proferida deverá ser motivada e fundamentada, apontando-se os elementos acatados ou não na defesa apresentada pela parte processada.

Parágrafo Quinto: O valor total das multas aplicadas a cada trimestre não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor da Parcela Remuneratória Municipal (PRM) aferida, nos termos da Cláusula Quinta deste CONTRATO, no trimestre imediatamente anterior à aplicação da multa, devendo ser observados ainda, subsidiariamente, os parâmetros estabelecidos no art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012.

Parágrafo Sexto: Deverão ser observados, ainda, os parâmetros para aplicação das sanções e penalidades administrativas estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A extinção do presente CONTRATO, obedecidos o artigo 11, Parágrafo Segundo, e o artigo 13, Parágrafo Sexto, da Lei Federal nº 11.107/2005, podendo ainda decorrer de consenso entre as partes, ocorrerá por:

- a) advento do termo contratual;
- b) encampação;
- c) caducidade;
- d) rescisão;
- e) anulação.

Parágrafo Primeiro: Considerada a competência metropolitana, no caso da prestação regionalizada dos serviços objeto deste CONTRATO no âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a encampação dos serviços, por motivo de interesse público, só poderá ser deflagrada mediante prévia aprovação da Assembleia Metropolitana instaurada nos termos da Lei Complementar Estadual nº 88/2006.

Parágrafo Segundo: Após a aprovação da Assembleia Metropolitana, o MUNICÍPIO deverá, ainda, editar autorização legislativa específica para tanto e pagar, previamente, as indenizações devidas, a serem calculadas de acordo com o que se encontra estabelecido na Cláusula Vigésima Primeira deste CONTRATO, nos termos do art. 37 da Lei Federal nº 8.987/1995.

Parágrafo Terceiro: Enquanto não for paga a indenização, o Estado continuará como prestador dos serviços previstos neste CONTRATO.

Parágrafo Quarto: A inexecução total ou parcial de obrigação contratual relevante dará ensejo ao procedimento de caducidade, mediante a formalização de processo próprio, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 38 da Lei Federal nº 8.987/1995.

Parágrafo Quinto: O procedimento de caducidade será cabível quando imprescindível para garantir a prestação adequada dos serviços públicos objeto deste contrato, mediante a formalização de processo administrativo prévio, assegurada a ampla defesa e o contraditório, com observância do seguinte:

- a) o processo de caducidade não será instaurado até que tenha sido dado

inteiro conhecimento ao ESTADO, em detalhes, das infrações incorridas, bem como tempo suficiente para providenciar as correções de acordo com os termos de processo de fiscalização da ARMBH;

- b) o processo administrativo de declaração de caducidade será instaurado pela ARMBH, a quem competirá sua instrução e emissão de parecer final;
- c) caso o parecer final da ARMBH opine no sentido de improcedência da declaração de caducidade, o processo administrativo será arquivado;
- d) caso o parecer final da ARMBH opine no sentido da procedência da declaração de caducidade, o processo administrativo será encaminhado à Assembleia Metropolitana para deliberar a respeito;
- e) no caso de caducidade será devida indenização, a ser calculada de acordo com o que se encontra estabelecido na Cláusula Vigésima Primeira deste CONTRATO, nos termos do art. 38 da Lei Federal nº 8.987/1995.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA INDENIZAÇÃO

A encampação e a caducidade, referidas na Cláusula Vigésima, somente serão possíveis após prévio pagamento de indenização, a ser fixada no caso concreto, a partir de avaliação por técnicos da ARMBH, considerando-se os investimentos realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, levando-se em conta, ainda, a perda da economia de escala, em procedimento administrativo a ser tramitado no âmbito da ARMBH, no qual deverá ser assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA INTERVENÇÃO

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ARMBH poderá intervir, sempre e quando a ação ou a omissão do ESTADO, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, ameaçar a regularidade e a qualidade da prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, com o fim de assegurar a continuidade da prestação dos serviços e o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo Primeiro: A intervenção será determinada por ato próprio e específico da ARMBH, que determinará seu prazo, seus objetivos e limites,

devendo ser instaurado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do ato de intervenção, o correspondente procedimento administrativo para apurar as causas determinantes da medida e as responsabilidades incidentes, assegurando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Segundo: Se o procedimento administrativo não for concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, será declarada inválida a intervenção, devolvendo-se ao ESTADO, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, a total administração dos serviços, sem prejuízo de seu direito à indenização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

No prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da assinatura do presente CONTRATO, deverá ser providenciada a publicação do extrato deste instrumento.

Parágrafo Único: A publicação deste instrumento ficará a cargo da Prefeitura Municipal de _____, no âmbito local, e a cargo da Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana – SEGEM, no âmbito estadual, observadas as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações que às partes convier introduzir nas cláusulas deste CONTRATO serão objeto de termo de aditamento, desde que não impliquem alteração de seu objeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

Os CONTRATANTES elegem, com exclusão de qualquer outro, o foro da Comarca de Belo Horizonte, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais derivadas deste CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

É condição de validade do presente CONTRATO a celebração, pelo Estado de Minas Gerais, do contrato de Parceria Público-Privada, sob a

modalidade CONCESSÃO ADMINISTRATIVA para a gestão dos SERVIÇOS DE TRANSBORDO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS dos Municípios convenientes da REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE e COLAR METROPOLITANO.

Parágrafo Único: O CONTRATO continuará vigente, pelo prazo e condições nele estipulados, mesmo quando extinto o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO que autorizou a gestão associada de serviços públicos, conforme estabelecido no art.13, §4º, da Lei Federal nº 11.107/2005.

Integra o presente instrumento o seguinte documento:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Justificativa de Preço.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente CONTRATO em três vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2012

NOME DO PREFEITO

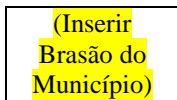
Prefeito do Município de _____

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Gestão Metropolitana

CAMILLO FRAGA REIS

Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de
Belo Horizonte



PREFEITURA MUNICIPAL DE _____
(Unidade do Município competente para elaboração do Contrato de Programa)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: